



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O Presidente

**INTERVENÇÃO DE EDUARDO FERRO RODRIGUES,
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
POSSE DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA,
MARCELO REBELO DE SOUSA
PALÁCIO DE SÃO BENTO – 9 MARÇO DE 2016**

Cumpre-se hoje, dia 9 de março, um imperativo constitucional, que é também uma já longa tradição parlamentar: a cerimónia de posse do Presidente da República perante a Assembleia representativa de todos os cidadãos portugueses.

Este é o momento fundador da Presidência de quem representa a República, garante a independência, a unidade do Estado, o regular funcionamento das instituições democráticas e por inerência tem o supremo comando das Forças Armadas.

Quero sublinhar o civismo democrático que pautou as últimas eleições presidenciais e a forma clara como o novo Presidente da República, **Marcelo Rebelo de Sousa**, foi eleito.

Na sua pessoa saúdo também todos os candidatos aqui presentes e que, com a sua coragem cívica, procuraram engrandecer a democracia portuguesa.

A partir de hoje, Vossa Excelência, Marcelo Rebelo de Sousa, é o Presidente de todos nós, o Presidente de todos os portugueses.

Desejo-lhe as maiores felicidades no mandato que agora inicia. Os seus sucessos serão os nossos sucessos - os sucessos de Portugal, os sucessos dos portugueses.

Permitam-me ainda uma saudação especial ao Presidente cessante, **Aníbal Cavaco Silva**, pelo espírito de serviço público que uma vez mais demonstrou, agora no exercício do cargo de Presidente da República.

Dez anos Presidente de um forte partido do pós 25 de Abril – o PSD - e Primeiro-Ministro de Portugal, dez anos Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva é sem dúvida nenhuma um grande protagonista político da nossa democracia. Todos lhe desejamos, a si, e à sua família, as maiores felicidades.

A Constituição da República Portuguesa faz 40 anos, e a sua feitura contou justamente com a participação ativa do novo Presidente da República, à época deputado constituinte e um já reputado jurista.

Em 2016 também comemoramos os 40 anos das primeiras eleições diretas verdadeiramente democráticas em Portugal. Está também hoje aqui connosco, **António Ramalho Eanes**, precisamente o primeiro Presidente eleito na sequência da aprovação da Constituição de 76.

A Constituição foi sendo revista, mas continua a conferir importantes poderes ao Presidente da República. Poderes que todos conhecemos.

Aos poderes formais, a legitimidade do voto popular acrescenta-lhe poderes informais não menos importantes: o poder da palavra e o poder da influência.

Permitam-me que recorde, a este propósito, o nosso querido **António de Almeida Santos**, que há vinte anos, na posse do nosso Presidente **Jorge Sampaio**, lembrava justamente a forma inteligente como outro grande Presidente da democracia, **Mário Soares**, soube fazer «largo uso de importantes poderes implícitos» do Presidente da República.

Deste ponto de vista, **as primeiras palavras e os primeiros gestos de Vossa Excelência, Marcelo Rebelo de Sousa, são um bom prenúncio.**

Um Presidente da República sintonizado com o País pode tornar-se no promotor das convergências estratégicas de que Portugal tanto necessita.

Um Presidente da República que saiba comunicar com o País é um Presidente que vai saber comunicar com todos os órgãos de soberania, com todos os partidos políticos e com todos os parceiros sociais. Com todos, por igual.

Propôs-se, Vossa Excelência, ainda em campanha eleitoral, contribuir para sarar as feridas políticas que se somaram às feridas sociais e económicas do período de ajustamento que o País tem vivido nos últimos anos.

Pelas características pessoais e políticas que todos reconhecem a Vossa Excelência, podemos dizer, sem exagero, que tem agora a responsabilidade histórica de ser o homem certo no momento certo.

Esta responsabilidade histórica que tem pela frente é, também, uma enorme oportunidade.

A oportunidade de contribuir para a resposta nacional aos desafios estratégicos que o ambiente europeu e internacional nos coloca enquanto comunidade.

A oportunidade de contribuir para a resposta nacional aos problemas estruturais que enfrentamos e que não desapareceram nem se resolvem no tempo de uma legislatura.

De facto, o mundo em que nos inserimos está hoje confrontado com sérios desafios.

Falo do aquecimento global e do envelhecimento demográfico, mas também da crise dos refugiados e das migrações, da liberdade de circulação e da igualdade de direitos, da sustentabilidade das dívidas e da arquitetura da zona euro, do terrorismo global e das ameaças à segurança nas fronteiras europeias.

O País precisa de se voltar a reencontrar.

Em democracia são normais e desejáveis as divergências ideológicas e as políticas alternativas. Mas é justamente porque conhecemos as diferenças políticas que devemos ser capazes de as distinguir daquilo que é estratégico e que nos deve unir.

Temos de enfrentar, com coesão social, os desafios estratégicos que bloqueiam o nosso crescimento coletivo.

E isso só se consegue se remarmos para o mesmo lado.

Falo da aposta na qualificação e na educação, mas também da política de investimentos, e de apoio à inovação e à iniciativa, da sustentabilidade dos sistemas de saúde e segurança social, dos incentivos à natalidade e à renovação demográfica, do respeito pelo mundo do trabalho, ou da necessidade de nos concertarmos de novo acerca da Europa.

A Europa foi durante muitos anos um fator de estabilidade política e de consolidação democrática. Portugal sabe disso e beneficiou disso.

Cabe-nos a todos, independentemente das nossas famílias políticas, não permitirmos que a União Europeia se transforme num fator de instabilidade política e num motor de fragilização democrática.

Muitos europeus começam a interrogar-se: que Europa é esta tão flexível naquilo que é essencial e tão rígida naquilo que é, apesar de tudo, secundário?

Que Europa é esta, rigorosa como lhe compete quanto ao cumprimento das regras orçamentais, mas tão complacente quando, por exemplo, estão em causa princípios fundamentais como a liberdade de imprensa, o direito de asilo, a livre circulação de trabalhadores ou a não-discriminação em função da nacionalidade?

Presidente da República, Parlamento, Governo, deverão unir-se estrategicamente na luta por uma Europa de valores, de convergências e de coesão.

O Presidente certo no momento certo será sempre um Presidente que se enquadra, com autonomia e afirmação, num novo ciclo da vida política democrática.

Um tempo em que todos estão convocados para encontrar soluções de governação e em que já ninguém está unicamente remetido ao papel do protesto.

Um tempo que inclui mas não se reduz ao confronto esquerda versus direita, próprio das alternativas de política económica e social, mas que acolhe combinações diferentes em questões diferentes.

O tempo de uma democracia mais plural e, por isso, mais enriquecida.

Esta nova realidade política exige uma nova cultura de responsabilidade e uma nova atitude de disponibilidade.

Responsabilidade em primeiro lugar de quem governa e de quem suporta a governação, mas também disponibilidade das oposições para a lealdade institucional e para o diálogo estratégico próprio dos democratas.

A relação entre Governo e Assembleia da República não dispensa o papel do Presidente.

A ação do Presidente não se resume à cooperação com estes órgãos de soberania mas também não se consolida sem ela.

Do Presidente de todos os portugueses esperamos visão estratégica e independência na ação.

O sentido do mandato presidencial foi muito bem compreendido pelo primeiro Presidente da primeira República, **Manuel de Arriaga**.

Eis as suas primeiras palavras: «O Presidente da República tem de pairar sobre tudo, intangível às paixões partidárias, aos interesses das clientelas políticas; tem de ter uma só aspiração: o bem do País».

Lealdade institucional, adesão sem reservas aos valores democráticos e diálogo estratégico – é isso que os portugueses esperam de todos: Presidente, Governo e Assembleia da República.

Termino lembrando que o próximo presidente vai chefiar o Estado português a caminho dos 50 anos do 25 de abril.

Os próximos cinco anos são cinco anos de uma caminhada coletiva que se espera marcada por uma economia mais rica e partilhada e por uma sociedade mais justa e inclusiva, com mais e melhor emprego. Para isso, repito, temos de reaprender a remar estrategicamente para o mesmo lado.

Há precisamente cem anos, a 9 de março de 1916, Portugal entrava na Primeira Guerra Mundial. Esse terrível massacre à escala planetária em que muitos portugueses se bateram e morreram na Europa e em África.

O que nos junta aqui hoje é o mesmo que nos juntava há cem anos, perante dificuldades então bem maiores: o sentido de Pátria e o serviço a Portugal.

Que nos sirva também de exemplo a atitude construtiva dos deputados constituintes e dos partidos que representavam. Há 40 anos, partindo de modelos de sociedade tão diferentes, souberam convergir no essencial e deixar como legado o programa de desenvolvimento democrático da Constituição da República Portuguesa.

40 anos depois é muito mais o que nos une do que aquilo que nos divide.

Assim saibamos estar, hoje de novo, à altura das exigências do nosso tempo.

Renovo-lhe pois, Senhor Presidente da República, o desejo das maiores felicidades no exercício das relevantes funções que hoje inicia.

A bem da República. A bem da Democracia. A bem de Portugal.

Eduardo Ferro Rodrigues